

REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICAS PÚBLICAS
BRAZILIAN JOURNAL OF PUBLIC POLICY

**Desenvolvimento das famílias e
a pobreza no nordeste do Brasil**
Development of families and
poverty in Northeast of Brazil

Nadja Simone Menezes Nery de
Oliveira

Solange de Cassia Inforzato de Souza

Aricieri Devidé Junior

Sumário

CRIMES DE RESPONSABILIDADE DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA.....	2
Carlos Ayres Britto	
PERDA DE MANDATO PARLAMENTAR POR FORÇA DE CONDENAÇÃO CRIMINAL NA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	9
José Levi Mello do Amaral Júnior	
PODER NORMATIVO DAS CORTES CONSTITUCIONAIS: O CASO BRASILEIRO.....	16
Inocência Mártires Coelho	
PROCESSO LEGISLATIVO MUNICIPAL.....	29
José Levi Mello do Amaral Júnior	
PRIMEIRAS LINHAS SOBRE A OPÇÃO POLÍTICO-CRIMINAL DA DESERÇÃO MILITAR: A NECESSÁRIA CONTRIBUIÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	42
Antonio Henrique Graciano Suxberger e Danilo Gustavo Vieira Martins	
IMPLICAÇÕES DO DIREITO AO VOTO AOS IMIGRANTES: AMEAÇA À SOBERANIA NACIONAL OU EFETIVAÇÃO DE UM DIREITO FUNDAMENTAL?	58
Juliana Cleto	
CRIMEN, DESEMPLEO Y ACTIVIDAD ECONÓMICA EN CHILE.....	81
Sergio Zuñiga-Jara, Sofía Ruiz Campo e Karla Soria-Barreto	
O IMPACTO DE DIFERENTES TIPOS DE REPRESSÃO LEGAL SOBRE AS TAXAS DE HOMICÍDIO ENTRE OS ESTADOS BRASILEIROS	100
Adolfo Sachsida, Mário Jorge Cardoso de Mendonça e Tito Belchior Silva Moreira	
ANÁLISE DOS IMPACTOS DIRETOS E INDIRETOS DO PROGRAMA DE P&D DA ANEEL NO SETOR ELÉTRICO: DIFERENÇAS COM OS EUA.....	124
Igor Polezi Munhz, Alessandra Cristina Santos Akkari e Neusa Maria Bastos Fernandes dos Santos	
SHANGO UNCHAINED? STATE IN(CAPACITY), URBAN BIAS, AND THE POWER AFRICA INITIATIVE .	146
Tom Brower	
LEVANDO O ORÇAMENTO A SÉRIO COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE DE POLÍTICAS PÚBLICAS	179
Andre Bogossian	

ESTIMATIVA DE DEMANDA PELA FORMALIZAÇÃO DA ECONOMIA INFORMAL NO AGRESTE PERNAMBUCANO: UMA APLICAÇÃO DO MÉTODO DE VALORAÇÃO CONTINGENTE.....	200
Monaliza de Oliveira Ferreira e Kelly Samá Lopes de Vasconcelos	
IMPLICAÇÕES DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) NA RENDA E ORGANIZAÇÃO DE AGRICULTORES FAMILIARES.....	221
Nádia Kunkel Sziwelski, Carla Rosane Paz Arruda Teo, Luciara de Souza Gallina, Fabiula Grahl e Cimara Filippi	
DESENVOLVIMENTO DAS FAMÍLIAS E A POBREZA NO NORDESTE DO BRASIL.....	241
Nadja Simone Menezes Nery de Oliveira, Solange de Cassia Inforzato de Souza e Aricieri Devidé Junior	
EFEITOS COLATERAIS DA MINERAÇÃO NO MEIO AMBIENTE	264
Márcio Oliveira Portella	
PARTICIPAÇÃO POPULAR E ACESSO À INFORMAÇÃO AMBIENTAL PARA PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE ECOLOGICAMENTE EQUILIBRADO	278
Luciano Marcos Paes	
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A FORMAÇÃO E AVALIAÇÃO DE MAGISTRADOS: A CONTRIBUIÇÃO DA EDUCAÇÃO JUDICIAL ATRAVÉS DAS ESCOLAS DE MAGISTRATURA.....	289
Flávio José Moreira Gonçalves	
RESENHAS	
SIMPLER: THE FUTURE OF GOVERNMENT, DE CASS SUSTEIN	316
Veyzon Campos Muniz	

Desenvolvimento das famílias e a pobreza no nordeste do Brasil*

Development of families and poverty in Northeast of Brazil

Nadja Simone Menezes Nery de Oliveira **

Solange de Cassia Inforzato de Souza ***

Aricieri Deividé Junior ****

RESUMO

Este artigo tem por objetivo analisar as evidências da pobreza nordestina brasileira sob a perspectiva multidimensional, com base nos microdados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) e cálculo do Índice de Desenvolvimento da Família (IDF) para 2003 e 2012. Os resultados revelaram uma sensível diminuição na pobreza multidimensional do Nordeste, em processo mais favorável do que o Brasil como um todo. O desenvolvimento das famílias no Nordeste está associado à ausência de vulnerabilidade, desenvolvimento infantil e condições habitacionais e de acesso aos bens de consumo. Destaque positivo também para os indicadores da disponibilidade de recursos: redução da extrema pobreza e da proporção de famílias nordestinas cuja maior parte da renda familiar é originada de transferências. Os problemas detectados estão no acesso ao trabalho, especialmente na remuneração do trabalho e na qualidade do posto do trabalho. O pior resultado foi o acesso ao conhecimento, associado, negativamente, ao ensino superior, apesar da contribuição do ensino fundamental e médio para a redução das carências das famílias nordestinas, bem como da qualificação profissional dos trabalhadores. O índice de pobreza, restrito à renda *per capita*, unidimensional, cresceu mais do que o apontado pelo índice sintético global, medido nesta pesquisa, o que reforça a escolha da abordagem multidimensional para subsidiar as ações públicas.

Palavras-chave: Pobreza multidimensional. Índice de desenvolvimento da família. Nordeste.

ABSTRACT

This article aims to analyze the evidence of the northeastern poverty in the multidimensional perspective, from the microdata of PNAD (National Survey by Household Sampling) and to calculate the Family Development Index (IDF), 2003 and 2012. The results revealed a significant decrease in multidimensional poverty in the Northeast, in a more favorable process than Brazil as a whole. The development of families in the Northeast is associated with the absence of vulnerability, child development and housing conditions and access to consumer goods. Highlights also include the positive in-

* Recebido em 06/05/2015
Aprovado em 08/07/2015

** Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (PGDPRA) da Universidade do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Mestre em Economia Regional pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail: nadja_menezes@hotmail.com

*** Professora associada do Mestrado em Economia Regional da UEL/Pr. Doutora em Educação: história, política, sociedade, pela PUC/SP. E-mail: solangecassia@uol.com.br

**** Doutor em Economia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor adjunto do Departamento de Economia da Universidade Estadual de Londrina. E-mail: aridjr@gmail.com

dicators of the availability of resources: reducing extreme poverty and proportion of families whose income originated by transfers. Problems are detected in access to work, especially in labor compensation and the quality of the job. The worst result was the access to knowledge, negatively associated to higher education, despite the contribution of the primary and secondary to the reduction of shortages of Northeastern families as well as the professional qualifications of workers. The poverty rate restricted to per capita income, one-dimensional, grew more than appointed by global synthetic index, measured in this study, which reinforces the choice of multidimensional approach to subsidize public actions.

Keywords: Multidimensional poverty. Family Development Index. Northeast.

1. INTRODUÇÃO

A pobreza constitui tema amplo, multifacetado e objeto de estudos das diferentes áreas do conhecimento científico. No Brasil, é um problema que decorre, em grande parte, das desigualdades de renda, cujas origens são históricas e agravaram-se pelo modelo de desenvolvimento econômico concentrador e pelas diferenças regionais perceptíveis num país de magnitude continental.

A primeira década de 2000 revelou, especialmente a partir de 2003, que os marcadores da pobreza reduziram no Brasil e nas macrorregiões brasileiras, materializados por melhorias na condição de vida da população brasileira. A região Nordeste, no entanto, ainda concentrava grande parcela de pobres brasileiros, mantendo, assim, um forte descompasso com a sua participação na população total do país¹.

Do ponto de vista conceitual, a intensificação dos debates e as críticas quanto ao caráter unidimensional da pobreza deu-se tomando-se por base os trabalhos publicados pelo economista indiano Amartya Sen. A pobreza deve ser compreendida como privação de capacitações básicas, da ausência de oportunidades para realizar alguns níveis mínimos de funcionamentos, que vão desde pontos essenciais como, por exemplo, ter acesso a uma boa nutrição e apresentar boa saúde, até questões bem mais complexas quanto ser feliz, possuir respeito próprio e ter vida social².

No Brasil e na esfera regional nordestina, os estudos empíricos sobre o tema evoluíram, nas últimas décadas, tanto no que se referem ao caráter unidimensional quanto aos que avançam na perspectiva multidimensional, sumarizados neste artigo. Nessa última, metodologia e base de dados diferentes têm tratado o tema que podem auxiliar na definição de políticas públicas em todas as esferas governamentais.

A presente pesquisa busca desenvolver uma análise da evidência da pobreza na região do Nordeste brasileira, tendo como base os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) para 2003 e 2012. Para isso, calculou-se o Índice de Desenvolvimento da Família (IDF)³ adaptado para a pesquisa.

Além dessa introdução, o presente artigo divide-se em mais três seções. Na primeira discutem-se os aspectos conceituais e a literatura econômica empírica sobre a pobreza no Brasil e no Nordeste. Na segunda seção, apresenta-se a metodologia para o cálculo do Índice de Desenvolvimento da Família (IDF) para, na seção 3, discutir os resultados da pesquisa.

1 ROCHA, S. *Pobreza no Brasil: a evolução de longo prazo (1970-2011)*. Rio de Janeiro: XXV Fórum Nacional, 2012.

2 SEN, A. K. Development: which way now? *The Economic Journal*, v. 93, 1983. SEN, A. K. *Resources, values and development*. Oxford: Brasil Blackwell, 1984.

3 BARROS, R. P.; CARVALHO, M.; FRANCO, S. *O Índice de desenvolvimento da família (IDF)*. Rio de Janeiro: IPEA, 2003.

2. ASPECTOS CONCEITUAIS E AS EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS SOBRE A POBREZA NO BRASIL E NO NORDESTE

2.1 Do Caráter Unidimensional ao Multidimensional da Pobreza

Com base na visão da pobreza como insuficiência de renda, emergem definições relevantes para a sua operacionalização. Para alguns pesquisadores, a pobreza se classifica em: pobreza absoluta, relativa e subjetiva⁴. Na pobreza absoluta, considera-se pobre a pessoa que possui menos que o mínimo objetivamente definido, o que remete à abordagem tradicional da subsistência. A pobreza relativa define como pobre a pessoa que possui menos que os outros na sociedade e faz referência ao padrão de vida, ao contexto social e ao padrão de consumo médio predominante na sociedade. Já a pobreza subjetiva caracteriza o pobre como aquele que sente que não possui o suficiente para continuar, o que remete ao fator de exclusão social.

As pesquisas sobre pobreza ainda estabelecem essencialmente duas vertentes: uma que relaciona a renda indispensável capaz de satisfazer exclusivamente as necessidades de caráter nutricional, denominada de linha de indigência ou de pobreza extrema, e outra que abrange um conjunto mais amplo de necessidades individuais, como saúde, educação, habitação, transporte, entre outros. Essa segunda linha, é denominada de linha de pobreza.

Cinco decisões são importantes na fixação da linha de pobreza:⁵ a primeira consiste em decidir se esta será baseada na renda ou no consumo; na segunda determinar a unidade a ser estudada: a pessoa, a família, o domicílio, *per capita* ou adulto-equivalente; a terceira decidir se a análise consistirá em uma única linha de pobreza ou na divisão entre linha de pobreza rural e urbana, ou ainda em diferentes regiões; a quarta se a linha de pobreza será concebida de forma científica, política, subjetiva ou por mera conveniência; e, finalmente, a quinta definição diz respeito a como poderão ser usados outros indicadores além da renda e consumo.

A ocorrência de determinadas linhas de pobreza também pode ser tratada como: absoluta, relativa, subjetiva e dual⁶. Encontra-se a linha de pobreza absoluta ao se estimar o custo de uma quantidade de bens considerados necessários que irão suprir as necessidades básicas de consumo. As pessoas com renda inferior a essa linha podem ser denominados definitivamente pobres ou indigentes. A linha de pobreza relativa avalia as necessidades a serem satisfeitas, levando em consideração o padrão de consumo médio predominante na sociedade, de maneira a diminuir as disparidades existentes em meio aos agentes. Os países em desenvolvimento têm a sua atenção voltada à linha de pobreza absoluta, ao passo que países desenvolvidos focam na linha de pobreza relativa, uma vez que o mínimo essencial à subsistência é assegurado. A combinação simples de duas linhas de pobreza irá resultar em uma linha de pobreza dual ou híbrida.

Entre os critérios utilizados para definição dessas linhas de pobreza, são considerados o rendimento pessoal em dólar, o rendimento *per capita* domiciliar, tendo por base o salário mínimo, o consumo de calorias essenciais à subsistência, ou a cesta básica convertida em renda. Apesar disso, embora as linhas de pobreza e indigência possam se constituir o ponto de vista mais estimado na preleção e, nos métodos de quantificação da pobreza pelos pesquisadores do tema, ainda é possível se observar fragilidades e restrições.

Duas outras linhas teóricas podem ser acrescentadas, a das necessidades básicas e das capacidades⁷. A abordagem das necessidades humanas básicas vai além de questões relativas à alimentação e incorpora uma

4 KAGEYAMA, A.; HOFFMANN, R. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 15, n. 1, p. 79-112, jan./jun. 2006.

5 FILDS, G. S. *Distribution and Development: a new look at the developing world*. New York: Russel Sage Foundation, 2001.

6 RAVALLION, M. *Poverty Comparisons: a guide to concept and method*. Washington: The World Bank. (LMMS Working Paper, n. 88), 1992.

7 DUCLOS, J. Y.; ARAAR, A. Economic Studies in Inequality Social Exclusion and Well-Being. In: _____. *Poverty and Equity: Measurement, Policy and Estimation With Dad*. [S.l.]: Springer e International Development Research Centre, 2006. v. 2. p. 3-18. LOPES, H. M.; MACEDO, P. B. R.; MACHADO, A. F. *Indicador de pobreza: aplicação de uma abordagem multidimensional ao caso brasileiro*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2003.

maior gama dessas necessidades humanas, como educação, saneamento e habitação. Essa abordagem é capaz de captar outros aspectos da vida cotidiana das pessoas, que não sejam apenas as questões nutricionais e, do ponto de vista econômico, é extremamente benéfica, uma vez que eleva a produtividade da pessoa. Ao serem assim considerados, esses aspectos introduzem o caráter multidimensional nas pesquisas relacionadas à pobreza.

Segundo a teoria das capacitações⁸, a pobreza está associada às privações de necessidades básicas sofridas pelas pessoas, na inexistência de oportunidades para se realizar alguns níveis mínimos de funcionamentos. Esses funcionamentos, por sua vez, vão desde questões fundamentais de como estar bem nutrido, possuir uma boa saúde até questões mais complexas como ser feliz, possuir respeito próprio e a participação da vida social. Nesse sentido, as capacitações consistem na liberdade de uma pessoa para realizar combinações alternativas de funcionamentos. A pobreza, nessa visão, é constituída por diferentes dimensões, que agrega os elementos que se referem ao enfoque das necessidades básicas, como também destaca a capacidade das pessoas no que concerne às escolhas em relação ao bem-estar e os meios de atingi-los. Além disso, essa abordagem acrescenta ao entendimento da pobreza no sentido de mostrar qual qualidade de vida as pessoas avaliam para si, e essa qualidade de vida escolhida não se resume a dotação de renda que essas pessoas possuem, mas ainda de outras condições de vida.

De forma genérica, são entendidos como pobres as pessoas desprovidas de capacidades, elementos básicos para se agir em sociedade, além de chances para atingir graus consideráveis de concretizações e conquistas. Essa abordagem torna real o reconhecimento da inserção de variáveis tão importantes para a determinação de pobreza, além da renda, ao buscar inserir a escassez de capacitações como complemento de análise. Assim, a pobreza está relacionada à privação de liberdade das pessoas de serem capazes de eleger uma vida melhor e mais satisfatória que lhes rendam um maior bem-estar, no sentido em que lhes seja possível saber decidir o que comer a fim de poderem prover suas carências nutritivas, e o que vestir, onde morar, o acesso à saúde, à educação e à justiça, garantindo-lhes exercer inteiramente suas liberdades sociais e políticas e de serviços públicos.

2.2 pobreza multidimensional na literatura nacional: evidências empíricas

Na literatura nacional, estudos buscaram descrever a temática da pobreza sob o enfoque multidimensional. Alguns autores adotaram o julgamento de pobreza sob o aspecto das necessidades básicas e das capacitações para estabelecer um índice escalar multidimensional de pobreza familiar, o IDF, Índice de Desenvolvimento da Família, cujo benefício é a probabilidade de desagregar os dados e, de tal modo, ser facultado o poder de dimensioná-los para grupos demográficos⁹.

Esse mesmo índice fora calculado por outra pesquisadora¹⁰ para verificar a pobreza multidimensional no estado do Paraná¹¹ nos anos de 1995 e 2009 e detectou expressiva proporção de pobres em meio à população paranaense, mais significativa na região rural, principalmente para as dimensões demografia e saneamento. Também foi constatada a ocorrência de profundas reduções na vulnerabilidade dos domicílios analisados. Na comparação com os resultados alcançados com base na análise unidimensional, o indicador de pobreza e extrema pobreza multidimensional revelou uma pobreza maior para os domicílios.

8 SEN, A. K. Development: which way now? *The Economic Journal*, v. 93, 1983. SEN, A. K. *Resources, values and development*. Oxford: Basil Blackwell, 1984.

9 BARROS, R. P.; CARVAVALHO, M.; FRANCO, S. *O índice de desenvolvimento da família (IDF)*. Rio de Janeiro: IPEA, 2003. ALENCAR, P. L. A. Pobreza Multidimensional no Nordeste Brasileiro: uma análise do período 2001 a 2009. *EPECON*, 1., 2012, *Anais...* Recife, 2012.

10 ALBUQUERQUE, Marcela Ribeiro. *Pobreza sob o enfoque multidimensional no Paraná: 1995 e 2009*. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2011.

11 LOPES, H. M.; MACEDO, P. B. R.; MACHADO, A. F. Análise de pobreza com indicadores multidimensionais: uma aplicação para o Brasil e Minas Gerais. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 125-152, 2005.

Um índice de pobreza multivariada também foi construído e, para tanto, o autor contempla as condições domiciliares, de saneamento, de mercado de trabalho e de educação, para os anos de 1995 e 2004. Os resultados dessa análise indicam que indicadores de pobreza multivariada possuem uma ordem bastante diferente para os Estados do Brasil¹², quando confrontados com a ordem do indicador de pobreza fundamentado na escassez de renda, principalmente para o ano de 2004.

Pela abordagem das capacitações e com a técnica dos Conjuntos *Fuzzy*, tornou possível o cálculo de um indicador para *n* dimensões relevantes e agregação em um escalar para o indicador-síntese de pobreza multidimensional¹³ nos estados do Brasil em 1992 e 2002. Como forma de reduzir o grau de arbitrariedade na escolha das dimensões de pobreza consideradas, os autores adotam como referência os objetivos e as metas referentes aos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ONU 2001)¹⁴. Com base de diferentes bases de dados, os principais resultados da pesquisa indicam que há demarcação espacial bem definida no Brasil, com os dez piores índices localizados nas regiões Norte e Nordeste, e com menores índices de pobreza multidimensional se encontram os estados das regiões Sul e Sudeste.

A pobreza nordestina sob o enfoque multidimensional foi estudada em várias ocasiões¹⁵. Na perspectiva das capacitações de Sen, com base nos dados do Censo Demográfico¹⁶ de 2010 sobre os municípios da região Nordeste e a aplicação da técnica da Teoria dos Conjuntos *Fuzzy*, calculou-se Índice *Fuzzy* de Pobreza¹⁷ por 19 indicadores distribuídos em quatro capacitações: educação, saúde, condições habitacionais e renda. Houve ocorrência de maior pobreza com relação à dimensão renda, mas as capacitações educação e saúde também apresentaram importância no indicador de pobreza multidimensional. Chama a atenção dos formuladores de políticas públicas para os indicadores de acesso ao ensino fundamental e ensino médio e ao acesso aos serviços de saneamento básico, coleta de lixo e rede de água¹⁸.

A análise fatorial de correspondências múltiplas também foi utilizada para estudo, com variáveis qualitativas escolhidas com base na PNAD em anos selecionados¹⁹. Concluiu-se que, no tratamento da pobreza por uma única dimensão, há negligência da pobreza real, dado que para os anos analisados os indicadores multidimensionais não foram harmônicos com os indicadores unidimensionais. Outro trabalho²⁰ utilizou dados de 2009 para mapear a pobreza no Nordeste no que se refere à ausência de itens de consumo e habitação e realizam uma comparação com a insuficiência de renda. Chegam à conclusão de que a região nordestina apresentou um dos mais elevados percentuais de domicílios sem acesso a itens de habitação e consumo, e ainda apresentou o pior desempenho em termos absolutos comparativamente as demais regiões.

Com base nos dados da POF (Pesquisa de Orçamento Familiar) para os anos de 2008-2009, e do modelo ACM (Análise de correspondência múltipla), uma investigação construiu dois índices para medir a pobreza não monetária da Região Nordeste: índice normalizado de altura-por-idade como um *proxy* para o indica-

12 NEDER, H. D. Um estudo sobre a pobreza rural com abordagem multivariada. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 46., 2008, Rio Branco. *Anais...* Rio Branco: SOBER, 2008.

13 DINIZ, B. M.; DINIZ, M. M. Um indicador comparativo de pobreza multidimensional a partir dos objetivos do desenvolvimento do milênio. *Economia Aplicada*, v. 13, n. 3, 2009.

14 Para maiores detalhes, ver ONU. Technical Report, Organização das Nações Unidas, 2001.

15 SILVA, M. C. P.; BARROS, R. P. Pobreza multidimensional no Brasil. In: Encontro Nacional de Economia da Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia, 34., Salvador, 2006. *Anais...* Salvador: ANPEC, 2006.

16 QUINTELA, M. D.; ALVES, J. E. D.; SILVA, D. B. N. A Pobreza no Nordeste Brasileiro em 2000 e 2010: uma aplicação do índice de pobreza multidimensional PNUD/ONU. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS REGIONAIS E URBANOS, 11., 2013, Foz do Iguaçu. *Anais...* ENABER, 2013.

17 OTTONELLI, Janaina. *Pobreza multidimensional na região Nordeste*: uma aplicação da teoria dos conjuntos *Fuzzy* (em 2010). 2013. 127 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

18 BANGOLIN, I. P.; ÁVILA, R.; P. *Poverty distribution among the brazilian states*: a multidimensional analysis using capabilities and needs approaches. In: Encontro Nacional da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia, 34., 2006, Salvador. *Anais...* Salvador: ANPEC, 2006.

19 SILVA, A. M. R. *Um estudo sobre pobreza multidimensional na região Nordeste do Brasil*. Uberlândia: UFU, 2009.

20 CALDAS, R. M.; SAMPAIO, Y. S. B. *Pobreza no nordeste brasileiro*: uma análise multidimensional. Fortaleza: Fórum BNB de Desenvolvimento, 2012.

dor de saúde, tendo como referência os valores sugeridos pela ONU (Organização das Nações Unidas); e um índice de bens, que serve como uma *proxy* do acesso aos bens básicos da economia. Evidenciaram-se a não dominância estocástica significativa para o domínio das linhas de pobreza nutricional e de acesso a bens básicos, porém foi observada evidência estatística de que há dominância estocástica significativa para subconjuntos dos domínios das linhas de pobreza. Seja na análise de dominância unidimensional ou bidimensional, não ocorreu dominância de nenhum estado sobre o outro para o domínio de linhas de pobreza nutricional ou de bens, somente para os seus subconjuntos²¹. A mesma metodologia foi aplicada com dados da PNAD 2009, Análise de Correspondência Múltipla (ACM) e do Índice Multivariado de Pobreza (IMP)²², e observou-se que o percentual de pobres calculado unicamente pela abordagem da insuficiência de renda mostrou-se menor do que a proporção no qual a análise seguiu a concepção multidimensional. Em números, a pobreza multidimensional na região nordeste foi de 44,5%, ao passo que a pobreza sob o aspecto unidimensional foi de 33,55% para o ano de 2009.

Em 2014, a pobreza nordestina pelo aspecto unidimensional e multidimensional foi mensurada com base nos dados fornecidos pela PNAD 2009 e 2012, ainda com base na abordagem do Índice Multivariado de Pobreza (IMP) e técnica de Análise de Correspondência Múltipla (ACM). Como resultado, se verifica que, sob o prisma multidimensional a pobreza, na região Nordeste, atingiu aproximadamente 57% de sua população em 2009, ao passo que, para a análise da pobreza unidimensional alcançou 35,55% da população nordestina para o mesmo ano²³. O índice de pobreza calculado com a análise multidimensional para os anos de 2009 e 2012 foram maiores que os resultados obtidos com a análise unidimensional no mesmo período.

As evidências empíricas que tratam da pobreza multidimensional do Nordeste, apresentadas até este ponto, reforçam a importância do contínuo estudo da pobreza nessa região, visto que, quando confrontada com as demais regiões, independentemente da metodologia utilizada, o Nordeste apresenta os piores resultados e, quando comparada a pobreza sob um enfoque unidimensional com a pobreza de cunho multidimensional, essa última é maior.

3. METODOLOGIA

3.1 Composição do Índice de Desenvolvimento das Famílias (IDF) para a Região Nordeste

Os dados utilizados no presente estudo foram extraídos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Foram utilizadas 32.858 observações, que expandidas, representaram 12.641.485 de domicílios nordestinos no ano de 2003, e 32.294 observações que representaram 16.472.674 de domicílios do Nordeste no ano de 2012. Realizou-se um recorte espacial da região Nordeste desses dados para os anos de 2003 e 2012.

O procedimento metodológico adotado foi a construção do Índice de Desenvolvimento da Família (IDF)²⁴, dividido em sete dimensões de pobreza, avaliadas com base nas informações da PNAD e sintetiza-

21 BARROSO, M. V.; SALVATO, M. A.; MATTIAS, J. S. Análise multidimensional da pobreza no Nordeste Brasileiro. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS CENTROS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA, 40., 2012, Porto de Galinhas. *Anais...* Porto de Galinhas: ANPEC, 2012. ASSELIN, L. M. Composite Indicator of Multidimensional Poverty. *CECI*, jun. 2002. Disponível em: <http://www.researchgate.net/publication/265568282_Composite_Indicator_of_Multidimensional_Poverty>. Acesso em 20/09/2015.

22 ARAÚJO, J. A.; TABOSA, F. J. S.; MORAIS, G. S. *Pobreza Multidimensional no Nordeste do Brasil*. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS REGIONAIS E URBANOS, 11., 2013, Foz do Iguaçu. *Anais...* Foz do Iguaçu: ENABER, 2013.

23 BARROS, F. F. R. *Análise da pobreza unidimensional e multidimensional no Nordeste do Brasil em 2009 e 2012*. Fortaleza: ANPEC, 2014.

24 BARROS, R. P.; CARVALHO, M.; FRANCO, S. *O índice de desenvolvimento da família (IDF)*. Rio de Janeiro: IPEA, 2003. BAR-

das no indicador multidimensional, a saber: ausência de vulnerabilidade domiciliar, acesso ao conhecimento, acesso ao trabalho, disponibilidade de recursos, desenvolvimento infantil, condições habitacionais e consumo de bens duráveis. Cada uma das sete dimensões representa, em parte, o acesso aos meios necessários para que as famílias sejam capazes de satisfazer as suas necessidades, e outra parte a consecução de fins, ou seja, a efetiva satisfação de tais necessidades.

A análise é voltada à unidade domiciliar e as sete dimensões se estendem em componentes que, ao seu turno, demandam diferentes indicadores para representá-los. Os componentes que definem as sete dimensões de análise, bem como os indicadores que os representam são descritos no Quadro 1 em apêndice.

Neste trabalho serão consideradas crianças as pessoas dentro do recorte etário de 0 a 9 anos; criança e adolescente de 0 a 17 anos; criança, adolescente e jovem de 0 a 24 anos e idosos, as pessoas com idade de 60 anos ou mais. Considerou-se adultos as pessoas com idade entre 25 e 59 anos. Com relação à alfabetização, foi levado em conta que o adulto analfabeto era aquele que não sabia ler e escrever e o adulto analfabeto funcional aquele com menos de 4 anos de estudo.

Para o acesso ao trabalho, foram considerados membros em idade ativa as pessoas com 10 anos ou mais de idade. As linhas de pobreza utilizadas foram de R\$ 311,00 e R\$ 84,00, respectivamente e corresponderam a 1/2 de salário mínimo no ano vigente. As linhas de extrema pobreza foram de R\$ 155,50 e R\$ 42,00 em 2012 e 2003, correspondendo a 1/4 de salário mínimo em cada ano analisado.

3.2 Construção do Indicador Sintético Multidimensional

Utilizou-se o indicador sintético S derivado de uma série de indicadores básicos²⁵. Os pesos dados às dimensões e a seus componentes correspondentes são simétricos, por não ser possível saber as preferências e os gostos da população que se analisa. Uma vez que para as variáveis de um mesmo componente são atribuídos pesos iguais, e às variáveis pertencentes a uma mesma dimensão e até mesmo essas últimas também recebem pesos idênticos, se se alteram tanto a quantidade de componentes como o número de variáveis por componentes, o peso aplicado para as variáveis de componentes distintos não obedece à regra de que será sempre o mesmo.

O grau de pobreza para cada domicílio se situa entre 0 e 1. A variabilidade igual a 0 do grau de pobreza representa aqueles domicílios absolutamente pobres, ao passo que a variabilidade do grau de pobreza igual a 1 representa os domicílios sem qualquer traço de pobreza.

O indicador sintético global multidimensional de pobreza (S) pode ser representado de acordo com a seguinte especificação:

$$S = \frac{1}{7} \sum_{K=1}^7 \left(\frac{1}{m_k} \sum_{j=1}^{m_k} \left(\frac{1}{n_{jk}} \sum_{i=1}^{n_{jk}} B_{jki} \right) \right)$$

em que B_{jki} diz respeito ao i -ésimo indicador básico do j -ésimo componente da k -ésima dimensão, m_k o número de componentes da k -ésima dimensão, n_{jk} a quantidade de indicadores do j -ésimo componente da k -ésima dimensão.

Isto é, o indicador sintético de cada componente, S_{jk} , corresponde à média aritmética dos indicadores utilizados para a representação desse componente. Do mesmo modo, o indicador sintético de cada dimensão, S_k , é a média aritmética dos indicadores sintético dos seus componentes. E, finalmente o indicador sintético global, S , é a média aritmética dos indicadores sintéticos das sete dimensões que o compõem.

ROS, R. P.; CARVALHO, M.; FRANCO, S. *Pobreza multidimensional no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2006.

25 BARROS, R. P.; CARVALHO, M.; FRANCO, S. *O índice de desenvolvimento da família (IDF)*. Rio de Janeiro: IPEA, 2003.

4. ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO DAS FAMÍLIAS E A POBREZA MULTIDIMENSIONAL NO NORDESTE

4.1 A pobreza multidimensional no Nordeste e no Brasil para os anos de 2003 e 2012

A Tabela 1 mostra os resultados sumarizados para o indicador de pobreza calculado para o Nordeste e para o Brasil nos anos de 2003 e 2012. O grau de desenvolvimento dos domicílios nordestinos encontra-se abaixo da média dos domicílios brasileiros em 2003 e 2012, mas a despeito disso, há um processo mais favorável em direção aos primeiros.

O grau de desenvolvimento das famílias nordestinas teve uma sensível melhora na evolução das dimensões da disponibilidade de recursos e acesso aos bens duráveis que superaram esses resultados para o país. Os piores indicadores da pobreza nordestina se concentraram nas dimensões de acesso ao conhecimento e acesso ao trabalho. Apesar do baixo desenvolvimento das famílias brasileiras no acesso ao conhecimento, os resultados apresentados pelo Nordeste nos dois anos foram inferiores aos apresentados para o Brasil.

Para a dimensão acesso ao trabalho, os resultados obtidos para o Brasil nos dois anos foram relativamente bons, mas, para o Nordeste, foi sofrível, em que se configurou em uma diferença de 12 pontos percentuais menor em relação à média brasileira. As maiores diferenças entre os níveis de desenvolvimento dos domicílios do Brasil e do Nordeste em 2003 encontram-se no acesso ao trabalho, na disponibilidade de recursos e no consumo de bens duráveis; em 2012, tais diferenças se reproduzem, com exceção da melhoria da situação nordestina em relação ao acesso aos bens duráveis.

As condições habitacionais, o desenvolvimento infantil, a ausência de vulnerabilidade e o acesso ao conhecimento, são aspectos em que as diferenças nos índices de pobreza entre o Brasil completo e a região Nordeste são menos pronunciadas. Nos três primeiros aspectos, os indicadores são favoráveis, mas, em relação à educação, o país e a região padecem de problemas histórico-estruturais não resolvidos.

Tabela 1 - Indicadores multidimensionais da pobreza no Nordeste e Brasil, 2003 e 2012

Descrição	2003	2012	Variação (p.p.)	Variação (%)	
Brasil	0,74	0,78	4	5,41	
Nordeste	0,68	0,73	5	7,35	
Dimensão1 - Ausência de Vulnerabilidade	Brasil	0,69	0,79	10	14,49
	Nordeste	0,66	0,77	11	16,67
Dimensão 2 - Acesso ao Conhecimento	Brasil	0,36	0,37	1	2,78
	Nordeste	0,34	0,33	-1	-2,94
Dimensão 3 - Acesso ao Trabalho	Brasil	0,67	0,67	0	0
	Nordeste	0,55	0,57	2	3,64
Dimensão 4 - Disponibilidade de Recursos	Brasil	0,82	0,87	5	6,10
	Nordeste	0,67	0,77	10	14,93
Dimensão 5 – Desenvolvimento Infantil	Brasil	0,83	0,86	3	3,61
	Nordeste	0,80	0,84	4	5
Dimensão 6 – Condições Habitacionais	Brasil	0,89	0,91	2	2,25
	Nordeste	0,84	0,87	3	3,57
Dimensão 7 – Consumo de Bens Duráveis	Brasil	0,92	0,98	6	6,52
	Nordeste	0,81	0,95	14	17,28

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD (2003, 2012).

4.2 O desenvolvimento das famílias do nordeste segundo as dimensões do IDF

4.2.1 A Ausência de vulnerabilidade

O objetivo dessa dimensão consiste em medir a vulnerabilidade familiar no que se refere ao montante adicional requerido pelas famílias para satisfazer as necessidades essenciais destas. A presença, por exemplo, de gestantes e crianças faz aumentar a vulnerabilidade das famílias, pois aumenta o volume de recursos necessários para a satisfação de suas necessidades, assim como a presença de idosos, ausência do cônjuge, a ausência da mãe são também aspectos relevantes para a compreensão das vulnerabilidades das famílias.

O componente com os menores índices de desenvolvimento apresentados nos dois anos foi o relativo à atenção e cuidados especiais com crianças adolescentes e jovens que mede a ausência de criança, adolescente ou jovem no domicílio (Tabela 2).

No que se refere à dependência econômica, houve redução da presença do cônjuge na família. Esse resultado pode ser explicado pelo visível crescimento das famílias de estrutura monoparental. A diminuição na presença do cônjuge nas famílias nordestinas foi compensada pelo aumento das pessoas em idade ativa dessas famílias, estabilizando o componente da dependência econômica.

O componente que, apesar de alto, se reduziu, foi o da atenção e cuidados especiais com idosos, que podem ser atribuídos ao aumento da expectativa de vida do brasileiro ao nascer. O envelhecimento da população exige gastos adicionais com os idosos, o que contribui para o problema de desenvolvimento nas famílias nordestinas.

Tabela 2 - Dimensão 1: indicadores dos componentes da dimensão ausência de vulnerabilidade no IDF Nordeste, 2003 e 2012

Ausência de vulnerabilidade	IDF da dimensão			
	Nordeste		Brasil	
	2003	2012	2003	2012
	0,66	0,77	0,69	0,79
Componente	IDF do componente			
	2003		2012	
Fecundidade	0,48		0,94	
Atenção e cuidados especiais com crianças, adolescentes e jovens	0,36		0,47	
Atenção e cuidados especiais com idosos	0,73		0,70	
Dependência econômica	0,78		0,78	
Presença de mãe	0,97		0,98	

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD (2003, 2012).

A redução da fecundidade foi importante para a redução da pobreza. Os indicadores para o ano de 2012 revelam que em 96,66% dos domicílios pertencentes à amostra estudada para a região Nordeste não havia presença de mulher que tivesse tido filho nascido vivo no último ano, e em 92,17% desses domicílios não há presença de mulher que tenha tido filho nascido vivo nos últimos dois anos. Isso mostra a realidade da redução da taxa de fecundidade no Brasil que, de acordo com o IBGE, dados do Censo Demográfico de 2000 revelavam uma taxa de 2,38 filhos por mulher, passando a ser de 1,9 filhos por mulher de acordo com o Censo Demográfico de 2010. O maior decréscimo na taxa fecundidade entre as cinco regiões geográficas do Brasil ocorreu na região Nordeste, que passou de 2,69 filhos por mulher em 2000 para 2,06 filhos por mulher em 2010, apesar de se manter acima da taxa de fecundidade nacional.

Essa baixa taxa de fecundidade pode ser explicada por novo perfil observado na mulher brasileira, tendo alcançado maior participação e ocupação no mercado de trabalho. A crescente busca por melhor qualificação educacional e profissional feminina consiste em mais um motivo para se entender a diminuição da fecundidade da mulher brasileira, o que acaba postergando a maternidade. Programas sociais direcionados ao planejamento familiar são relevantes para esses resultados.

Destaque também para a presença da mãe nos domicílios como indicador favorável ao desenvolvimento familiar. Crianças que estão sendo criadas por terceiros têm maiores chances de estar desprotegidas e, dessa forma, podem trabalhar em atividades penosas e insalubres, ficar fora da escola ou doentes sem atendimento médico adequado, entre outros problemas. A ausência da mãe no domicílio aumenta a vulnerabilidade das famílias.

No Brasil, políticas sociais ressaltam a importância da presença da mãe como, por exemplo, o programa Bolsa família, quando concedem às mães a responsabilidade de receber e gerir o benefício. Relevantes também são as condicionalidades que visam manter o acompanhamento da saúde e educação das crianças.

4.2.2 As dimensões referentes à Educação, ao trabalho e à renda

Entre os meios que uma família pode dispor para satisfazer as necessidades desta, o acesso ao conhecimento se encontra entre os mais importantes. No entanto, entre todas as sete dimensões, essa foi a que apresentou tanto pior resultado no nível de desenvolvimento familiar nos dois anos quanto pior desempenho entre os anos estudados.

No ano de 2003, a proporção dos domicílios nordestinos com membros adultos analfabetos foi de 71,53% e em 2012 essa proporção foi de 76,13% (Tabela 3). Indicou, também, que 57,8% dos domicílios contavam com adulto analfabeto funcional no ano de 2003, e em 2012 essa proporção foi de 68,5%, assinalando a pobreza no nordeste.

Tabela 3 - dimensão 2: indicadores dos componentes da dimensão acesso ao conhecimento no IDF Nordeste, 2003 e 2012

Acesso ao conhecimento	IDF da dimensão			
	Nordeste		Brasil	
	2003	2012	2003	2012
	0,34	0,33	0,36	0,37
Componente	IDF do componente			
	2003		2012	
Analfabetismo	0,35		0,28	
Escolaridade	0,43		0,32	
Qualificação profissional	0,22		0,38	

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD (2003, 2012).

É possível perceber quão grave é a questão do analfabetismo na região nordestina, pois, mesmo com a redução da taxa de analfabetismo nos anos recentes, tanto no âmbito nacional quanto no âmbito regional, como divulgada pelas pesquisas brasileiras²⁶, a região Nordeste mantém a temática como problema que afeta desfavoravelmente o nível de desenvolvimento das famílias.

Em 2012, 50,29% dos domicílios da amostra contavam com a presença de pelo menos um adulto com o nível fundamental completo, uma melhora em 22,96 pontos percentuais em comparação com o ano 2003.

26 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD 2003, 2012).

Em 38,57% desses domicílios tinha ao menos um adulto com ensino médio completo em 2012 contra uma proporção de 22,02% no ano de 2003.

O componente escolaridade foi o que apresentou pior desempenho em relação à dimensão acesso ao conhecimento, com queda de 11p.p. do seu índice no ano de 2012 em comparação ao ano de 2003, explicado pelos resultados do ensino superior.

É amplamente difundido o aumento tanto na criação de novas Instituições de Ensino Superior, da oferta de vagas nessas instituições, assim como o aumento do número de alunos matriculados nas universidades brasileiras. Vários programas federais atendem essa finalidade, como o Programa Universidade para Todos (Prouni) criado pelo governo federal brasileiro em 2004, com o objetivo de conceder bolsas de estudos integrais ou parciais em cursos de graduação de instituições de ensino superior privadas.

A distribuição regional das matrículas no ensino superior²⁷, nos anos de 2012 e 2003, mostra que elas obtiveram incremento mais que proporcional na região Nordeste. Observa-se que esse crescimento mais acentuado nessa região foi impulsionado pelo setor de Instituições de Ensino Superior (IES) privadas. Vale destacar que em 2003 as IES públicas lideravam as matrículas na região Nordeste, realidade oposta observada em 2012.

Dotar as famílias de meios sem garantir que elas possam efetivamente utilizá-los para a satisfação de suas necessidades não constitui política eficaz. Tão importante quanto assegurar que as famílias tenham acesso a esses meios é conceder-lhes a oportunidade de utilizá-los. Por exemplo, se não é dada a determinada pessoa a oportunidade de realizar determinada função que lhe foi conferida os conhecimentos necessários para desempenhá-la. Privar as pessoas do conhecimento é também privá-las do acesso ao mercado de trabalho.

Vale ressaltar, enfim, que, mesmo com o índice de escolaridade baixo nos dois anos analisados, no ano de 2012, esta pesquisa atesta a contribuição do ensino fundamental e médio para a redução das carências das famílias nordestinas, bem como da qualificação profissional dos trabalhadores.

Quanto aos indicadores da dimensão acesso ao trabalho nos dois anos analisados, estes tiveram resultado relativamente baixo em comparação aos indicadores das demais dimensões (Tabela 4). Em 2003 o indicador da pobreza nordestina no que se refere ao acesso ao trabalho foi de 0,55 e no ano de 2012 esse mesmo indicador foi de 0,57, isso significa que no ano de análise mais recente, 43% da população nordestina tem dificuldade no mercado de trabalho. O indicador, no entanto, evoluiu em 3,64%, e foi melhor que o resultado para o Brasil.

Os componentes que mais contribuem para o baixo índice apresentado por essa dimensão para dois anos considerados foram o referente à remuneração do trabalho e a qualidade do posto do trabalho.

Tabela 4 - dimensão 3: indicadores dos componentes da dimensão acesso ao trabalho no IDF Nordeste, 2003 e 2012

Acesso ao trabalho	IDF da dimensão			
	Nordeste		Brasil	
	2003	2012	2003	2012
	0,55	0,57	0,67	0,67
Componente	IDF do componente			
	2003		2012	
Disponibilidade de trabalho	0,93		0,95	
Qualidade do posto de trabalho	0,44		0,48	
Remuneração	0,29		0,27	

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD (2003, 2012).

27 INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/>>. Acesso em: 20 mar. 2014.

A literatura sobre mercado de trabalho no Brasil ²⁸reforça a recuperação do mercado de trabalho ligada à redução da informalidade no país e aumento dos ocupados em atividades não agrícolas, confirmados nesta pesquisa. Todavia, a região nordeste mantém o problema da não formalização do trabalho, já que em apenas 30% dos domicílios nordestinos possuem pelo menos um ocupado formalizado. A remuneração do trabalho que, de modo geral, sofre também inflexão positiva no país após 2004, não está confirmada nesta pesquisa para a região nordeste.

Em 2003 somente 40,34% dos domicílios do Nordeste contava com pelo menos um ocupado com rendimento superior a 1 salário mínimo, essa mesma proporção em 2012 foi de 37,9% desses domicílios, ou seja, reduziu-se em 2,44 pontos percentuais. Ainda, apenas 18,6% dos domicílios nordestinos contavam com pelo menos um ocupado que tinha rendimento superior a 2 salários mínimos no ano de 2003 e, para o ano de 2012, essa proporção foi de 15,31% desses domicílios. Assim, também se observa uma piora nesse indicador em menos 3,29 pontos percentuais, o que mostra que o rendimento do trabalho ainda constitui um obstáculo para as famílias do Nordeste.

O destaque positivo está na disponibilidade do trabalho no Nordeste, pois aproximadamente 92% das famílias estão ocupadas e 98% está, há mais de 6 meses, na mesma ocupação. A reorganização do mercado de trabalho brasileiro nos anos 2000, diferentemente da década de 1990, significou demanda de trabalho maior e redução da rotatividade no emprego, conforme discute a literatura econômica sobre o mercado de trabalho. Desse modo, esta pesquisa mostra os efeitos favoráveis no Nordeste para a absorção dos trabalhadores e tempo no trabalho.

A quarta dimensão, disponibilidade de recursos, se refere aos domicílios que se encontram acima da linha de extrema pobreza ou de indigência, da linha de pobreza e daqueles nos quais a maior parte da renda domiciliar não advém de transferências de renda.

A renda familiar *per capita* consiste em um recurso fundamental já que grande parte das necessidades básicas de uma família pode ser satisfeita pela aquisição de bens e serviços no mercado. Ainda que a procedência dos recursos possa ser relevante para satisfazer as necessidades de uma família, a sustentabilidade e o grau de independência dela dependem da parcela que é gerada autonomamente e da parte que é recebida como transferências de outras famílias ou do governo.

No ano de 2003, cerca de 77,22% das famílias nordestinas possuía renda familiar *per capita* superior à linha de extrema pobreza; essa proporção em 2012 fora de 83,61%, ou seja, o índice desse indicador melhorou em 8,27%. Resultado semelhante ocorreu para o indicador dos domicílios com renda superior a linha de pobreza, sendo de 51,4% das famílias da região Nordeste em 2003 com renda familiar *per capita* superior à linha de pobreza e de 58,59% desses domicílios em 2012, o que representou um incremento de 7,19 p.p (Tabela 5).

Mesmo com a melhora observada dos índices dos componentes da dimensão disponibilidade de recursos, a proporção de pobres e extremamente pobres ainda constitui um grave problema na região Nordeste, já que 41,41% da população nordestina ainda possui rendimento familiar *per capita* inferior à linha de pobreza e 16,39% têm renda familiar *per capita* inferior à linha de extrema pobreza.

28 POCHMANN, M. Mercado geral de trabalho: o que há de novo no Brasil? *Revista Parcerias Estratégicas*, CGEE, n. 22, jun. 2006. RAMOS, L. *O desempenho recente do mercado de trabalho brasileiro: tendências, fatos estilizados e mudanças estruturais*. Rio de Janeiro: IPEA, 2007. CARDOSO JUNIOR, C. *De volta para o futuro?* As fontes de recuperação do emprego formal no Brasil e as condições de sua sustentabilidade temporal. Brasília: IPEA, 2007.

Tabela 5 - dimensão 4: indicadores dos componentes da dimensão disponibilidade de recursos no IDF Nordeste, 2003 e 2012

Disponibilidade de recursos	IDF da dimensão			
	Nordeste		Brasil	
	2003	2012	2003	2012
	0,67	0,77	0,82	0,87
Componente	IDF do componente			
	2003		2012	
	0,77		0,84	
	0,51		0,59	
Capacidade de geração de renda		0,73		0,87

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD (2003, 2012).

Um resultado bastante expressivo foi observado para o indicador que mede a parcela da renda domiciliar que advém de transferências, que mostrou que 73,26% da renda dos domicílios analisados para a amostra da região Nordeste não era originada de transferências em 2003 e de 87,49%, no ano de 2012, o que se configurou em um incremento de 19,42% desse indicador.

Verifica-se a redução da proporção de famílias nordestinas cuja maior parte da renda familiar é originada de transferências, pois 12,51% do rendimento familiar dos domicílios do Nordeste advinham de transferências em 2012 e essa proporção fora de 26,74% em 2003, isto é, a proporção das famílias nordestinas nessa situação caiu 14,23 pontos percentuais no período analisado.

Os dados mostram que os indicadores mais relevantes foram a redução da extrema pobreza e o aumento na capacidade de geração de renda. Os programas sociais de transferências de renda condicionadas mantiveram importante participação para o incremento de grau de desenvolvimento das famílias do Nordeste, porém, ao seu lado, outras fontes de renda das famílias ganharam mais espaço, especialmente associadas às aposentadorias e pensões, conforme discutem pesquisadores da área²⁹.

4.2.3 As Dimensões referentes ao Desenvolvimento Infantil, às Condições Habitacionais e ao Consumo de Bens Duráveis

Na composição do IDF para o Nordeste, as dimensões que tratam do desenvolvimento infantil, das condições habitacionais e do consumo de bens duráveis foram mais significativas e favoráveis para o Nordeste. Os dados mostram que foi garantida a oportunidade de pleno desenvolvimento para 84% das crianças do Nordeste em 2012, um incremento de 4 p.p. em comparação ao ano de 2003 (tabela 6), com melhor performance nos indicadores dos componentes, sejam os que se referem ao trabalho precoce, acesso à escola e progresso escolar.

Um ponto que merece destaque no sentido de compreender melhor a realidade mostrada nos índices consiste no impacto de programas sociais, como o Bolsa Família, por exemplo, na matrícula e permanência dessas crianças na escola, bem como o seu progresso escolar. Uma vez que esse programa exige que todas as crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos de idade estejam devidamente matriculadas e que tenham frequência escolar mínima de 85% de carga horária ao mês, já os estudantes de 16 a 17 anos de idade devem ter frequência de carga horária mensal de no mínimo 75%.

29 FERREIRA, C. R.; SOUZA, S. C. I. Contribuição das parcelas do rendimento domiciliar *per capita* na distribuição da renda das macro-regiões brasileiras: 1981 a 2009. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS REGIONAIS E URBANOS, 9., 2011, Natal. *Anais...*, Natal: ENABER, 2011. HOFFMANN, R. Transferências de renda e a redução da desigualdade no Brasil e cinco regiões entre 1997-2004. *Econômica*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 55-81, 2006.

Tabela 6 - dimensão 5: indicadores dos componentes da dimensão desenvolvimento infantil no IDF Nordeste, 2003 e 2012

Desenvolvimento Infantil	IDF da dimensão			
	Nordeste		Brasil	
	2003	2012	2003	2012
	0,80	0,84	0,83	0,86
Componente	IDF do componente			
	2003		2012	
Trabalho precoce	0,94		0,98	
Acesso à escola	0,65		0,70	
Progresso escolar	0,81		0,84	

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD (2003, 2012).

Outro destaque favorável é o que se refere ao trabalho precoce. O PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) visa à retirada de crianças e adolescentes com idade inferior a 16 anos do trabalho considerado perigoso, penoso, insalubre ou degradante, isto é, qualquer trabalho que ponha em risco a saúde e a segurança desses jovens e adolescentes. Esse programa pode ser apontado como um dos principais responsáveis pelo bom desempenho desse componente. Porém, 1,22% das crianças do Nordeste com menos de 14 anos ainda trabalhavam e 2,71% das crianças nordestinas com menos de 16 anos também trabalhavam em 2012.

A sexta dimensão trata das condições habitacionais dos domicílios. Por ter íntima relação com as condições de saúde, mensuradas, sobretudo, pelos indicadores dos componentes acesso a saneamento básico e acesso à coleta de lixo domiciliar, essa dimensão pode ser considerada como uma das mais importantes em captar as condições de vida de uma família (Tabela 7).

Tabela 7 - dimensão 6: indicadores dos componentes da dimensão condições habitacionais no IDF Nordeste, 2003 e 2012

Condições habitacionais	IDF da dimensão			
	Nordeste		Brasil	
	2003	2012	2003	2012
	0,84	0,87	0,89	0,91
Componente	IDF do componente			
	2003		2012	
Propriedade	0,82		0,80	
Déficit habitacional	0,72		0,83	
Abrigabilidade	0,94		0,97	
Acesso a abastecimento de água	0,99		0,87	
Acesso à energia elétrica	0,92		0,99	
Acesso a saneamento	0,78		0,86	
Acesso à coleta de lixo	0,70		0,77	

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD (2003, 2012).

Os índices para essa dimensão apresentaram evolução de 3,57%, em termos de pontos percentuais essa melhoria foi de 3 p.p.. Esses resultados significam que 84% das famílias do Nordeste em 2003 e 87% das famílias em 2012 tinham condições de vida adequadas.

Os componentes que tiveram maior impacto nesse bom resultado foram o de déficit habitacional, que melhorou em 15,28% no ano de 2012 e o de acesso a saneamento que também obteve melhora em 10,26%

no mesmo período, ou seja, em 2012 contava-se com 10,26% domicílios a mais com acesso a serviços de esgotamento sanitário no Nordeste.

Os componentes que apresentaram pior evolução foram os relativos ao abastecimento de água, cujo resultado mostra que 99% das famílias do Nordeste tinham acesso adequado ao abastecimento de água em 2003, e essa proporção foi de 87% em 2012, ou seja, houve uma piora do índice desse componente em 12 p.p.. Outra piora observada para essa dimensão foi para o componente propriedade que apresentou índice de 0,82 em 2003 e 0,80 em 2012, ou seja, o índice desse componente foi reduzido em 2 p.p.. Esse resultado mostrou que em 2012 mais famílias do Nordeste deixaram de ter propriedade sobre os seus domicílios.

No que diz respeito ao acesso adequado ao abastecimento de água, 99,61% das famílias nordestinas tinham acesso adequado à água no ano de em 2003, em 2012 esse percentual correspondeu a 86,98% das famílias nordestinas contavam com acesso adequado à água, isto é, ocorreu uma piora desse indicador em 12,63 pontos percentuais em 2012. Outro ponto que merece destaque foi que, no ano de 2003, apenas 53,73% das famílias dessa região tinham acesso a serviços de esgotamento sanitário e em 2012 em apenas 66,60% das famílias da região Nordeste esse acesso.

A sétima dimensão faz referência ao consumo de bens duráveis, como fogão e geladeira, pelas famílias nordestinas nos anos analisados, 2012 e 2003 (Tabela 8). Essa dimensão apresentou aumento em 14 p.p. entre os dois anos. O consumo de geladeira pelas famílias do Nordeste em 2012 aumentou em 34,78%. No ano de 2003, 63% dos domicílios nordestinos possuíam geladeira, ao passo que, em 2012 esse percentual foi de 93% desses domicílios. Em 93,31% das famílias nordestinas contavam com fogão em suas residências.

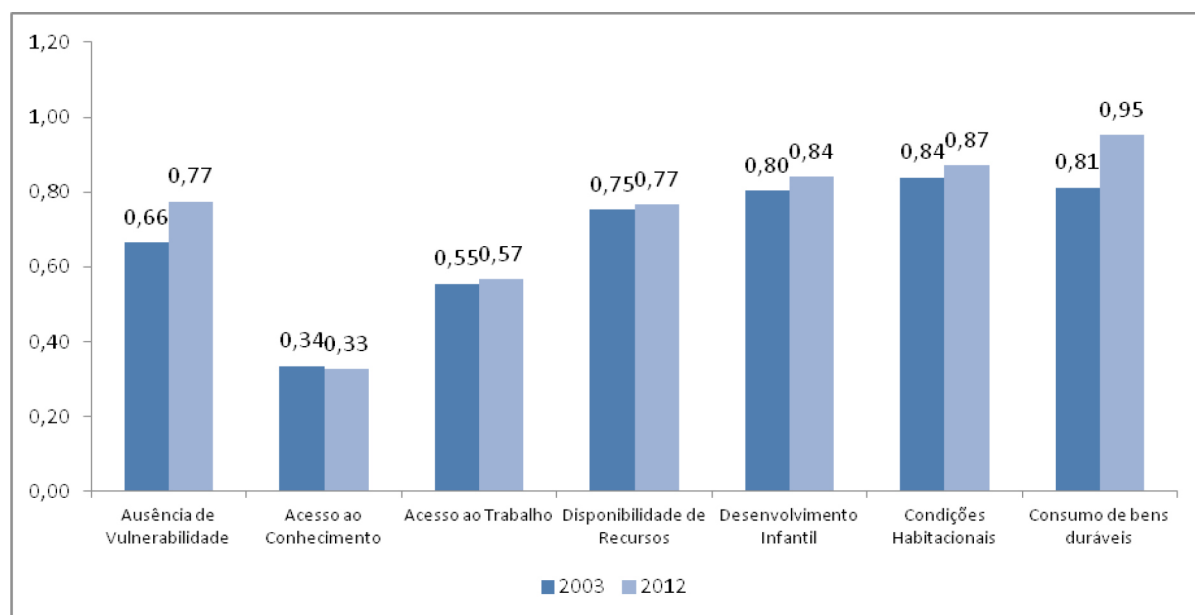
Tabela 8 - dimensão 7: indicadores dos componentes da dimensão consumo de bens duráveis no IDF Nordeste, 2003 e 2012

Consumo de bens duráveis	IDF da dimensão			
	Nordeste		Brasil	
	2003	2012	2003	2012
	0,81	0,95	0,92	0,98
Componente	IDF do componente			
	2003		2012	
	Acesso a fogão		Acesso à geladeira	
	0,93		0,97	
	0,69		0,93	

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD (2003, 2012).

O Gráfico 1 ilustra a evolução do indicador multidimensional de pobreza calculado para a região Nordeste nos anos de 2003 e 2012 para cada uma das sete dimensões.

Gráfico 1 - Indicadores multidimensionais de pobreza no Nordeste, 2003 e 2012



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD (2003, 2012).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A redução da pobreza no Brasil e no Nordeste após 2003 está documentada na literatura, especialmente naquela relacionada à abordagem unidimensional. Neste trabalho, a desagregação do grau de desenvolvimento das famílias segundo as sete dimensões selecionadas permite enriquecer o conhecimento e a magnitude desse fato.

Comparadas ao Brasil, todas as dimensões da pobreza foram problemáticas para o Nordeste e tiveram seus índices inferiores em relação ao país para os dois anos, apesar do bom desempenho no período. A pesquisa revela uma sensível diminuição na pobreza multidimensional do Nordeste, principalmente em relação à disponibilidade de recursos e acesso aos bens duráveis, e a despeito do menor desenvolvimento das famílias residentes na região Nordeste em relação às famílias brasileiras, há um processo mais favorável em direção às primeiras.

O cálculo do IDF para a região permitiu afirmar que os bons resultados para o desenvolvimento das famílias no Nordeste estão ligados à ausência de vulnerabilidade, desenvolvimento infantil e condições habitacionais e de acesso aos bens de consumo. No primeiro aspecto, ausência da vulnerabilidade das famílias, vale mencionar a dependência econômica, a redução da fecundidade e a presença da mãe nos domicílios. A diminuição na presença do cônjuge nas famílias nordestinas explicada pelo crescimento de famílias monoparentais foi compensada pelo aumento das pessoas em idade ativa dessas famílias, estabilizando o componente da dependência econômica. O novo perfil econômico da mulher brasileira, bem como programas sociais direcionados ao planejamento familiar e políticas sociais que ressaltam a presença da mãe e as condicionalidades, como o programa Bolsa Família, podem explicar a situação.

O desenvolvimento infantil decorreu da melhor performance nos indicadores do trabalho precoce, acesso à escola e progresso escolar. Novamente, programas sociais como o Bolsa Família e o PETI podem ser responsáveis por esse bom desempenho. Os componentes relativos às condições habitacionais que captam as condições de vida da população evoluíram, com exceção dos componentes relativos à propriedade e o acesso ao abastecimento de água. O acesso aos bens de consumo duráveis colaborou para o desenvolvi-

to das famílias.

Destaque positivo para os indicadores da disponibilidade de recursos, medida pela renda familiar *per capita*. A melhora se deu na redução da extrema pobreza e na redução da proporção de famílias nordestinas cuja maior parte da renda familiar é originada de transferências.

Todavia, os problemas são detectados nesta pesquisa. Primeiro, os resultados relativamente baixos da dimensão acesso ao trabalho, em comparação aos indicadores das demais dimensões. Apesar da evolução e do melhor resultado se comparados com o país, os componentes que mais contribuem para o baixo índice foram a remuneração do trabalho e a qualidade do posto do trabalho. A despeito da recuperação do mercado de trabalho documentada na literatura econômica, a região nordeste mantém o problema da não formalização do trabalho. A remuneração do trabalho que, de modo geral, sofre também inflexão positiva no país após 2004, não está confirmada nesta pesquisa para a região nordeste. O aspecto positivo está na disponibilidade do trabalho no Nordeste, que mostra os efeitos favoráveis no Nordeste para a absorção dos trabalhadores e tempo no trabalho.

Além disso, a preocupação está no acesso ao conhecimento, pois, entre todas as sete dimensões, esta foi a que apresentou tanto pior resultado no nível de desenvolvimento familiar nos dois anos, quanto pior desempenho entre os anos estudados, associados em grande parte ao ensino superior. Por outro lado, a pesquisa atesta a contribuição do ensino fundamental e médio para a redução das carências das famílias nordestinas, bem como da qualificação profissional dos trabalhadores.

Por fim, os ganhos em relação ao desenvolvimento familiar, do ponto de vista exclusivamente da renda *per capita*, foram maiores do que os relacionados às outras dimensões da pobreza. O índice de pobreza restrito à renda, unidimensional, cresceu mais do que o apontado pelo índice sintético global, medido nesta pesquisa.

O exposto reforça a importância de se compreender a pobreza sob o ponto de vista multidimensional, pois, apesar da importância dos recursos monetários para a redução da pobreza, eles por si só não são capazes de garantir às pessoas a não privação de suas liberdades. O aprofundamento dos estudos sobre as divergências espaciais no que se referem ao urbano/rural e regiões metropolitanas e não metropolitanas no Nordeste do país contribuirão ainda mais para o entendimento da realidade da pobreza no país e podem subsidiar as ações públicas endereçadas aos segmentos problemáticos para que se tenha maior grau de desenvolvimento das famílias nordestinas.

6. REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Marcela Ribeiro de. *Pobreza sob o enfoque multidimensional no Paraná: 1995 e 2009*. 2011. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2011.
- ARAÚJO, J. A.; TABOSA, F. J. S.; MORAIS, G. S. *Pobreza Multidimensional no Nordeste do Brasil*. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS REGIONAIS E URBANOS, 11., 2013, Foz do Iguaçu. *Anais...* Foz do Iguaçu: ENABER, 2013.
- ASSELIN, L.M. Composite Indicator of Multidimensional Poverty. *CECI*, jun. 2002. Disponível em: <http://www.researchgate.net/publication/265568282_Composite_Indicator_of_Multidimensional_Poverty>. Acesso em 20/09/2015.
- BANGOLIN, I. P.; ÁVILA, R.; P. *Poverty distribution among the brasilian states: a multidimensional analysis using capabilities and needs approaches*. In: Encontro Nacional da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia, 34., 2006, Salvador. *Anais...* Salvador: ANPEC, 2006.

- BARROS, F. F. R. *Análise da pobreza unidimensional e multidimensional no Nordeste do Brasil em 2009 e 2012*. Fortaleza: ANPEC, 2014.
- BARROS, R. P.; CARVALHO, M.; FRANCO, S. *Pobreza multidimensional no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2006.
- BARROS, R. P.; CARVALHO, M.; FRANCO, S. *O Índice de desenvolvimento da família (IDF)*. In: TEXTO para Discussão. Rio de Janeiro: IPEA, 2003.
- BARROS, R. P.; CARVALHO, M.; FRANCO, S. *O Impacto do crescimento econômico e de reduções no grau de desigualdade sobre a pobreza*. Rio de Janeiro: IPEA, 1997.
- BARROS, R. P.; CARVALHO, M.; FRANCO, S. A evolução do bem-estar, pobreza e desigualdade no Brasil ao longo das últimas três décadas: 1960/90. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 115-164, 1995a.
- BARROS, R. P.; CARVALHO, M.; FRANCO, S. *Os determinantes da desigualdade no Brasil*. Brasília: IPEA, 1995b.
- BARROS, R. P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. *A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.
- BARROS, R. P.; MACHADO, A. F.; MENDONÇA, R. A. *Desigualdade da pobreza: estratégias ocupacionais e diferenciais por gênero*. Rio de Janeiro: IPEA, 1997.
- BARROS, F. F. R. *Análise da pobreza unidimensional e multidimensional no Nordeste do Brasil em 2009 e 2012*. Fortaleza: ANPEC, 2014.
- BARROSO, M. V.; SALVATO, M. A.; MATIAS, J. S. Análise multidimensional da pobreza no Nordeste Brasileiro. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS CENTROS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA, 40., 2012, Porto de Galinhas. *Anais...* Porto de Galinhas: ANPEC, 2012.
- BRASIL. Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, 16 jul. 1990, p. 13563.
- CALDAS, R. M.; SAMPAIO, Y. S. B. *Pobreza no Nordeste Brasileiro: uma análise multidimensional*. Fortaleza: Fórum BNB de Desenvolvimento, 2012.
- CARDOSO JUNIOR, C. *De volta para o futuro? As fontes de recuperação do emprego formal no Brasil e as condições de sua sustentabilidade temporal*. Brasília: IPEA, 2007.
- CODES, A. L. M. *A trajetória do pensamento científico sobre a pobreza: em direção a uma visão complexa*. Brasília: IPEA, 2008.
- DINIZ, B. M.; DINIZ, M. M. Um indicador comparativo de pobreza multidimensional a partir dos objetivos do desenvolvimento do milênio. *Economia Aplicada*, v. 13, n. 3, 2009.
- DUCLOS, J. Y.; ARAAR, A. Economic Studies in Inequality Social Exclusion and Well-Being. In: DUCLOS, J. Y.; ARAAR, A. *Poverty and Equity: Measurement, Policy and Estimation With Dad*. [S.l.]: Springer e International Development Research Centre, 2006. v. 2. p. 3-18.
- FERREIRA, C. R.; SOUZA, S. C. I. Contribuição das parcelas do rendimento domiciliar *per capita* na distribuição da renda das macro-regiões brasileiras: 1981 a 2009. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS REGIONAIS E URBANOS, 9., 2011, Natal. *Anais...*, Natal: ENABER, 2011.
- FIELDS, G. S. *Distribution and Development: a new look at the developing world*. New York: Russel Sage Foundation, 2001.

- HOFFMANN, R. Transferências de renda e a redução da desigualdade no Brasil e cinco regiões entre 1997-2004. *Econômica*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 55-81, 2006.
- HOFFMANN, R. *Distribuição de renda: medidas de desigualdade e pobreza*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1998.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico 2000*. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 nov. 2013.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico 2010*. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 nov. 2013.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)*. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 jul. 2013.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA/IPEADATA). *Social*. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/>. Acesso em: 20 mar. 2014.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/>. Acesso em: 20 mar. 2014.
- KAGEYAMA, A.; HOFFMANN, R. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 15, n. 1, p. 79-112, jan./jun. 2006.
- LOPES, H. M.; MACEDO, P. B. R.; MACHADO, A. F. Análise de pobreza com indicadores multidimensionais: uma aplicação para o Brasil e Minas Gerais. *Revista de Economia Contemporânea*. Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 125-152, 2005.
- LOPES, H. M.; MACEDO, P. B. R.; MACHADO, A. F. *Indicador de pobreza: aplicação de uma abordagem multidimensional ao caso brasileiro*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2003.
- NEDER, H. D. Um estudo sobre a pobreza rural com abordagem multivariada. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 46., 2008, Rio Branco. *Anais...* Rio Branco: SOBER, 2008.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Nações Unidas Declaração do Milênio*. Nova York: Technical Report, 2001.
- OTTONELLI, Janaina. *Pobreza multidimensional na região Nordeste: uma aplicação da teoria dos conjuntos Fuzzy* (em 2010). 2013. 127 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.
- POCHMANN, M. Mercado geral de trabalho: o que há de novo no Brasil? *Revista Parcerias Estratégicas*, CGEE, n. 22, jun. 2006.
- QUINTELA, M. D.; ALVES, J. E. D.; SILVA, D. B. N. A Pobreza no Nordeste Brasileiro em 2000 e 2010: uma aplicação do índice de pobreza multidimensional PNUD/ONU. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS REGIONAIS E URBANOS, 11., 2013, Foz do Iguaçu. *Anais...* ENABER, 2013.
- RAMOS, L. *O desempenho recente do mercado de trabalho brasileiro: tendências, fatos estilizados e mudanças estruturais*. Rio de Janeiro: IPEA, 2007.
- RAVALLION, M. *Poverty Comparisons: a guide to concept and method*. Washington: The World Bank, 1992.
- ROCHA, S. *Pobreza no Brasil: a evolução de longo prazo (1970-2011)*. Rio de Janeiro: XXV Fórum Nacional, 2012.

- ROCHA, S. *Pobreza no Brasil, afinal do que se trata?* 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- ROCHA, S. Pobreza no Nordeste: A década de 1990 vista de perto. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 34, n. 1, p. 7-41, jan./mar. 2003.
- ROCHA, S. *Pobreza no Brasil, afinal do que se trata?* Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- ROCHA, S. *Desigualdade regional e pobreza no Brasil: a evolução, 1981/95*. Brasília: IPEA, 1998.
- ROCHA, S. Pobreza no Brasil: parâmetros básicos e resultados empíricos. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 22, p. 541-560, dez. 1992.
- ROWNTREE, B. S. *Poverty: a study of town life*. London: MacMillan, 1901.
- SEN, A. K. *Desenvolvimento e Liberdade*. Lisboa: Gradiva, 2003.
- SEN, A. K. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
- SEN, A. K. *Resources, values and development*. Oxford: Basil Blackwell, 1984.
- SEN, A. K. Development: which way now? *The Economic Journal*, v. 93, 1983.
- SILVA, A. M. R.; NEDER, H. D. Abordagem das capacitações: um estudo empírico sobre pobreza multidimensional no Brasil. In: Conferência Latino Americana e Caribenha sobre Abordagem das Capacitações e Desenvolvimento Humano, 3., 2010, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre, 2010.
- SILVA, A. M. R. *Um Estudo sobre pobreza multidimensional na região Nordeste do Brasil*. Uberlândia: UFU, 2009.
- SILVA, M. C. P.; BARROS, R. P. Pobreza multidimensional no Brasil. In: Encontro Nacional de Economia da Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia, 34., Salvador, 2006. *Anais...* Salvador: ANPEC, 2006.

APÊNDICE A

Quadro 1 - definição dos componentes e variáveis do Indicador Multidimensional de Pobreza

Componentes	Variáveis
Dimensão 1: ausência de vulnerabilidade	
Fecundidade	V1. Nenhuma mulher teve filho nascido vivo no último ano V2. Nenhuma mulher teve filho nascido vivo nos últimos dois anos
Atenção e cuidados especiais com crianças, adolescentes e jovens	V3. Ausência de criança V4. Ausência de criança ou adolescente V5. Ausência de criança, adolescente ou jovem
Atenção e cuidados especiais com idosos	V6. Ausência de idoso
Dependência econômica	V7. Presença de cônjuge V8. Mais da metade dos membros encontra-se em idade ativa
Presença da mãe	V9. Não existe criança no domicílio cuja mãe tenha morrido V10. Não existe criança no domicílio que não viva com a mãe
Dimensão 2: acesso ao conhecimento	

Analfabetismo	E1. Ausência de adulto analfabeto E2. Ausência de adulto analfabeto funcional
Escolaridade	E3. Presença de pelo menos um adulto com fundamental completo E4. Presença de pelo menos de um adulto com ensino médio completo E5. Presença de pelo menos um adulto com alguma educação superior
Qualificação profissional	E6. Presença de pelo menos um trabalhador com qualificação média ou alta
Dimensão 3: Acesso ao Trabalho	
Disponibilidade de trabalho	T1. Mais da metade dos membros em idade ativa encontra-se ocupada T2. Presença de pelo menos um trabalhador há mais de seis meses no trabalho atual
Qualidade do posto de trabalho	T3. Presença de pelo menos um ocupado no setor formal T4. Presença de pelo menos um ocupado em atividade não agrícola
Remuneração	T5. Presença de pelo menos um ocupado com rendimento superior a 1 salário mínimo T6. Presença de pelo menos um ocupado com rendimento superior a 2 salários mínimos
Dimensão 4: disponibilidade de recursos	
Extrema pobreza	R1. Renda familiar <i>per capita</i> superior à linha da extrema pobreza
Pobreza	R2. Renda familiar <i>per capita</i> superior à linha de pobreza
Capacidade de geração de renda	R3. Maior parte da renda familiar não advém de transferências
Dimensão 5: desenvolvimento Infantil	
Trabalho precoce	D1. Ausência de criança com menos de 14 anos trabalhando D2. Ausência de criança com menos de 16 anos trabalhando D3. Ausência de criança até 6 anos fora da escola
Acesso à escola	D4. Ausência de criança de 7-14 anos fora da escola D5. Ausência de criança de 7-17 fora da escola D6. Ausência de criança de até 14 anos com mais de 2 anos de atraso
Progresso escolar	D7. Ausência de adolescente de 10 a 14 anos analfabeto D8. Ausência de jovem de 15 a 17 anos analfabeto
Dimensão 6: condições habitacionais	
Propriedade	H1. Domicílio próprio H2. Domicílio próprio ou cedido
Déficit habitacional	H3. Densidade de até dois moradores por dormitório

Abrigabilidade	H4. Material de construção permanente
Acesso a abastecimento de água	H5. Acesso adequado à água
Acesso à energia elétrica	H6. Acesso à eletricidade
	H7. Esgotamento sanitário adequado
Acesso a saneamento	H8. Presença de banheiro no domicílio ou na propriedade
	H9. Uso do banheiro ou sanitário é destinado exclusivamente ao domicílio
Acesso à coleta de lixo	H10. Lixo é coletado
Dimensão 7: consumo de bens duráveis	
Acesso a fogão	C1. O domicílio possui fogão
Acesso à geladeira	C2. O domicílio possui geladeira

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD (2003, 2012).

Para publicar na revista Brasileira de Políticas Públicas, acesse o endereço eletrônico www.rbpp.uniceub.br
Observe as normas de publicação, para facilitar e agilizar o trabalho de edição.